



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2013  
(Do Sr. Rubens Bueno)**

*Requer informações ao Ministro de Estado de Justiça, Sr. José Eduardo Cardoso, sobre o processo de extradição do britânico Michael Misick.*

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado de Justiça, Sr. José Eduardo Cardoso, sobre o processo de extradição do britânico Michael Misick, procurado internacionalmente por prática de corrupção quando atuava como primeiro-ministro nas Ilhas Turcos e Caicos – protetorado britânico.

Solicito que seja informado o seguinte:

- os motivos pelos quais o processo de extradição de Misick não foram encaminhados em tempo hábil para análise do STF;
- se houve demora na entrega desse documento ou foi cumprido em tempo hábil e legal. Se não foi, por que demorou?
- se a participação de Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado de defesa de Michael Misick, tem alguma influência na demora.



## JUSTIFICATIVA

Em 5 de abril de 2013, a Revista Época divulgou o estranho caso do inglês que o ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski mandou prender e depois soltar. Segundo a revista, no dia 7 de dezembro do ano passado, o britânico Michael Misick foi preso pela Polícia Federal no Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro, cumprindo ordem do ministro Ricardo Lewandowski. Dias antes, Lewandowski fora alertado pela Embaixada do Reino Unido de que havia um mandado de prisão contra Misick, expedido pela Justiça britânica nas diminutas Ilhas Turcos e Caicos, no Caribe.

Misick foi primeiro-ministro das Ilhas entre 2003 e 2009. Ele fugiu para o Brasil há dois anos, depois que as autoridades britânicas descobriram que cobrava propina de empresários interessados em abrir resorts nas Ilhas. Misick é acusado de receber ao menos US\$ 16 milhões em suas contas nos Estados Unidos, em troca da autorização para a construção de resorts de luxo frequentados por famosos, como Bill Gates e Bruce Willis.

De acordo com a matéria, o Reino Unido pediu a Lewandowski, relator do processo, que devolvesse Misick às Ilhas Turcos e Caicos. Para completar a extradição, bastava que as autoridades britânicas enviassem ao Brasil um pedido formal e documentos relativos ao processo. O Reino Unido mandou a papelada, mas Lewandowski citando um atraso no envio do pedido de extradição ao Brasil, mandou soltar Misick.

Em situações como essa, os ministros do Supremo, cientes dos labirintos da burocracia de Brasília, costumam manter a prisão, concedendo novo prazo às autoridades do país interessado. A inovação jurídica de Lewandowski virou constrangimento diplomático dias depois, quando o Ministério da Justiça repassou ao Supremo a papelada do Reino Unido – que fora entregue ao Itamaraty no dia 28 de janeiro, antes de vencer o prazo de 60 dias, estabelecido no tratado entre



## **Câmara dos Deputados**

os dois países.

“Os britânicos agiram corretamente e por algum motivo a documentação não foi encaminhada a tempo ao Supremo Tribunal Federal”. Pelo tratado, mesmo que o Reino Unido tivesse entregado a papelada após o prazo, a extradição voltaria a tramitar normalmente, assim que os documentos chegassem.

Ainda de acordo com a revista, o que pode ter influenciado a demora do

Ministério da Justiça, é o fato de que o advogado contratado para a defesa do britânico é Luiz Eduardo Greenhalgh, ex-deputado pelo PT de São Paulo. Seria um advogado para lá de comum, não fosse seu privilegiado acesso aos gabinetes de Brasília ocupados por petistas, sobretudo os petistas de São Paulo. Lewandowski, que é de São Bernardo do Campo, mesma cidade do ex-presidente Lula, foi nomeado para o Supremo com o apoio do PT paulista – o PT de Greenhalgh.

Deputado Rubens Bueno

Líder do PPS